



# BELO HORIZONTE

## Diário Oficial do Município - DOM

Quarta-feira, 20 de Abril de 2016

Ano XXVI - Edição N.: 5031

Calendário ano de: ▼

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Sociais - CMAS

**ATA DA 200ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

Aos nove dias do mês de março de 2016, na Casa dos Conselhos, situada na Rua Estrela do Sul, 156, Santa Tereza, ocorreu a 200ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - CMAS-BH. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Ralise Cássia Macedo e Suely de Campos (representantes da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social), Denise Magalhães Matos (representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais), Shirley Fátima Pontello Barbosa Saraiva (representante da Secretaria Municipal de Educação), Maria das Graças Coelho (representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação), Sandra Maria de Fátima Teixeira (representante da Secretaria Municipal de Finanças), Veneranda Fulvia De Simone Senesi (Representante da Secretaria Municipal de Governo), Miriam Aparecida Mendes (representante da Secretaria de Administração Regional Centro Sul), Rosângela de Fátima Sardinha Pastana (representantes da Secretaria de Administração Regional Nordeste), Adriana Basílio Lanza Moreira (representante da Secretaria de Administração Regional Noroeste), Kleiton Ferreira (representante da Secretaria de Administração Regional Norte), Rejane Mara Gomes Silva de Souza (representante da Secretaria de Administração Regional Venda Nova), Ivan Magalhães Xavier (representante da Secretaria de Administração Regional Pampulha), Ivone Malaquias (representante de usuário Regional Oeste), Kênia Márcia Alves Ribeiro e Ivan Mateus Dutra (representantes de usuário Regional Leste), Nivaldo Pereira da Costa (representante de usuários da Regional Norte), Geraldo dos Santos (representante de usuários da Regional Nordeste), Humberto Antônio da Silva e José Jorge Vieira (representantes de usuários Regional Venda Nova), Cleuza Pereira dos Santos (representante do Conselho Regional do Serviço Social), Fabiano da Silva Siqueira (representante do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região - Minas Gerais), Maria da Conceição Gonçalves (representante do Conselho Municipal do Idoso), Luís Carlos Quintino Cabral Flecha (representante de entidades prestadoras de serviço - Fundação Universitária Mendes Pimentel - FUMP), Márcio Caldeira (representante de entidades prestadoras de serviço - Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM), Priscila Thalita Meira Mattos (representante entidades prestadoras de serviços - Congregação Redentorista), Rosivaldo Gonçalves dos Santos (representante entidades prestadoras de serviços - Ministério Criança Feliz), Maria Aparecida Gomes de Souza (Providência Nossa Senhora da Conceição), Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios (representante de entidade de defesa de direitos - Inspeção São João Bosco), Viviane Nunes Fonseca (representante de entidade de defesa de direitos - Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor), Maria Lúcia Antônio (Grupo Solidiedade do Estado de Minas Gerais), Ana Aparecida Ferreira da Silva (representante de entidade de defesa de direitos - Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora). O presidente do CMAS-BH, Márcio Caldeira, perguntou a todos os presentes se haviam recebido a convocação da 200ª Plenária Ordinária e todos responderam que sim, depois deu início aos trabalhos lendo as justificativas de ausência: Marcella Furtado, Sidney Zabeu, Lúcia Maria Pereira, Kênia Alcici Rocha, Sandra Regina Costa em função de sobreposição de agendas e Nívea Soares e Lírio Inácio por estarem de férias. Posteriormente, o presidente leu a pauta da plenária: 1. Discutir e deliberar a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do ano de 2015; 2. Discutir e deliberar Comunicados e Mensagens da SMAAS; 3. Capacitação sobre o cofinanciamento federal, na modalidade fundo a fundo, dos serviços e do aprimoramento da gestão por meio de Blocos de Financiamento da assistência social, bem como dos Programas e Projetos socioassistenciais; 4. Discutir e deliberar a inscrição de entidades de Assistência Social e a inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; 5. Discutir as deliberações da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte referentes à Dimensão 4: Qualificação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo; 6. Informes. O presidente explicou a todos que não seria possível discutir e deliberar os pontos 04 e 05 da pauta. O ponto 4 por ausência de matéria e o 5 por que a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS solicitou que essa pauta fosse retirada e transferida para a plenária de abril para que a gestão pudesse se preparar melhor para o debate. Diante dessas justificativas, o presidente colocou em votação, sendo 21 votos favoráveis e um contrário do conselheiro Fabiano. Na sequência, o presidente solicitou a inclusão de mais dois pontos de pauta, sendo eles: 1. Retorno sobre a metodologia do serviço ofertado no Miguilim e 2. A concessão de cesta básica no município. Colocada em votação a inclusão desses dois pontos de pauta foi aprovada por 22 votos foram favoráveis. Depois o presidente passou a palavra para a coordenadora da Comissão de Financiamento e vice-presidente do CMAS-BH, Ralise Cássia, que leu o parecer da prestação de contas da execução física e financeira de 2015. Após a leitura do documento, o Gerente Administrativo-Financeiro, Afonso, explicou sobre os dados físicos e financeiros de 2015, detalhando que a reprogramação orçamentária é um procedimento utilizado pelo Poder Executivo que redefine a programação de despesas previstas na lei orçamentária (ampliando ou reduzindo os gastos) em razão de metas de ajuste fiscal, de modo a adequar a execução da despesa ao fluxo de caixa do Tesouro. Depois explicou minuciosamente sobre cálculo da execução orçamentária que foram utilizados os valores reprogramados, cujo montante foi de R\$ 139.572.773,00 (cento e trinta e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e três reais) e, que a execução orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS em 2015 foi de R\$ 123.286.836,00 (cento e vinte e três milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e seis reais) que corresponde a 88,3% do valor reprogramado. Posteriormente, passou a responder as dúvidas dos conselheiros em relação a essa prestação de contas, Foram dadas mais informações sobre a execução inferior ao esperado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Combate ao Trabalho Infantil/PETI que está associada aos recorrentes atrasos nos repasses do Estado e da União para o Município e que esses atrasos não acarretaram na descontinuidade do atendimento aos usuários visto que o município utilizou saldos financeiros para arcar com a regularidade dos pagamentos dos convênios com as entidades parceiras. Dirimidas as dúvidas por parte dos conselheiros, a Ralise colocou em votação a prestação de contas da execução física e financeira de 2015 e por 22 votos a mesma foi aprovada. Logo após, a Ralise leu a mensagem de nº 04 que trata do chamamento público para seleção de entidade para execução do Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência na modalidade Residência Inclusiva, cujo objetivo é ampliar a cobertura do Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência (dependentes) na modalidade Residência Inclusiva no município de Belo Horizonte. A meta é para 20 pessoas a serem atendidas em duas unidades com 10 pessoas em cada. Os recursos financeiros são R\$ 767.449,20 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos) por ano, dos Recursos Oriundos do Tesouro - ROT, sendo R\$ 383.724,60 (trezentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos) por ano para cada unidade. A vigência desse convênio é de 60 meses a partir de 01/06/2016 e a justificativa é a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento da rede socioassistencial para acolhimento de jovens e adultos com deficiência. Depois de dirimidas algumas dúvidas a respeito dessa mensagem, a Ralise colocou em votação e foram 22 votos favoráveis. Para finalizar as matérias de financiamento, o Sr. Afonso fez um preâmbulo para explicar a mensagem de nº 03 e a portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Em seguida, explicou que o objetivo dessa mensagem é autorização por parte dos conselheiros municipais de assistência social para que os valores depositados nas contas 21.167-2 (devoluções PSB), 21.168-0 (devoluções PSE-MC) e 21.169-9 (devoluções PSE-AC), Agência 1615-2, do Banco do Brasil (Governo) possam ser utilizados no pagamento dos convênios firmados pela SMAAS, sempre que existir disponibilidade de saldo. A justificativa é que esses procedimentos serão adotados pelo gestor visando à adequação do FMAS às novas regras contidas na Portaria nº 113/15, do MDS que regulamenta o cofinanciamento federal, na modalidade fundo a fundo, dos serviços e do aprimoramento da gestão por meio de Blocos de Financiamento da assistência social, bem como dos programas e projetos socioassistenciais. Explicou ainda que, conforme previsto no art. 7º da citada portaria, os recursos federais destinados ao cofinanciamento dos serviços e do incentivo financeiro à gestão passam a ser organizados e transferidos pelos seguintes Blocos de Financiamento: I - Bloco da Proteção Social Básica; II - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade; III - Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; IV - Bloco da Gestão do Suas e V - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Diante disso, o gestor deverá realizar: 1) abertura das novas contas correntes sob a lógica da portaria, para realizar as transferências dos saldos das contas anteriores à publicação desta para as novas contas correntes, referentes a cada Bloco de Financiamento, programa e projeto e 2) transferência dos saldos remanescentes dos recursos repassados na modalidade fundo a fundo, cujas contas foram abertas anteriormente a 2005, para as novas contas de cada Bloco de Financiamento. O Sr. Afonso informou ainda que para adequar às novas diretrizes para a gestão orçamentária e financeira do FMAS, o órgão gestor abriu 03 (três) contas bancárias exclusivas para o recebimento de devoluções de saldo final dos convênios firmados pela SMAAS, sendo uma referente à Proteção Social Básica, uma à Proteção Social Especial de Média Complexidade e uma à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, seguindo as mesmas diretrizes dos Blocos de Financiamento criados pela Portaria do MDS nº 113/2015. Informou também que as entidades recebem ao longo da parceria recursos provenientes do cofinanciamento federal, estadual e municipal em uma única conta bancária destinada à movimentação para pagamento das despesas previstas no convênio. Após a prestação de contas final, as entidades deverão restituir o saldo remanescente para a SMAAS no prazo de 60 (sessenta) dias e o mesmo deverá ser devolvido para a conta específica relativa ao nível de proteção ao qual o convênio estava vinculado. O Sr. Afonso alertou que deve ser considerado que os valores restituídos são do próprio FMAS e classificados como ROT, os saldos existentes nessas contas serão utilizados para o pagamento de convênios firmados pela SMAAS. Houve alguns questionamentos por parte de conselheiros, principalmente, com a preocupação de como o CMAS-BH saberá, de forma clara e minuciosa, quais serão as entidades contempladas. O Sr. Afonso respondeu que isso não será problema, pois a gestão poderá enviar um consolidado trimestral para o CMAS-BH ter ciência de todas as entidades que vão receber o financiamento. Colocada em votação a mensagem, 22 votos foram favoráveis à mesma. Dando sequência aos trabalhos, o presidente fez o relato sobre o reordenamento do Serviço Miguilim, explicou que em 2014 chegaram notícias para ele que este serviço estava seriamente comprometido por incompetência técnica da equipe que trabalhava naquele momento. A partir dessa informação, o presidente relatou que o CMAS-BH deu início a um trabalho de busca de mais elementos para saber como estavam se dando as atividades

Setembro, 2022						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	
< Anterior			Próximo >			

### Pesquisa

Assunto:

Critério:

Com todas as palavras

Com a expressão

Com qualquer uma das palavras

Período:

data inicial

data final

[▶ Pesquisa](#)

### Pesquisa Avançada

[▶ Clique aqui para encontrar a Edição/Artigo desejado através de critérios mais refinados de busca e identificação.](#)

nesse serviço e assim as coisas foram esclarecendo, principalmente, no momento em que a SMAAS junto com os técnicos desse serviço participou da reunião da Comissão de Política para explicar todo processo histórico vivido pelo Miguilim. E que em função disso, a metodologia desse serviço que foi revista a partir da realidade apresentada de crianças e adolescentes que estão em situação ou trajetória de vida nas ruas. O conselheiro Luís Carlos enalteceu a riqueza do trabalho que foi apresentado na Comissão de Política e alertou os conselheiros presentes para continuar acompanhando esse serviço, primeiro por causa da entrega do espaço físico do Castelinho situado no bairro Santa Tereza e também com a preocupação de garantir a qualidade do serviço, solicitou que todos acompanhassem o processo de transição na execução da Associação Municipal de Assistência Social - AMAS para a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileiro – Região Administrativa de Minas Gerais. O conselheiro Fabiano salientou a importância do encerramento desse ciclo junto ao serviço Miguilim e informou aos presentes que na reunião da Comissão de Política a própria SMAAS reconheceu que o referido serviço ficou muito isolado em função de outros que estavam tipificados. O Fabiano parabenizou em nome do CMAS-BH a equipe do Miguilim pela força e coragem nesse processo vivido no Miguilim, na pessoa da técnica Alice, que estava presente na plenária e que agradeceu e ressaltou a importância do momento que tiveram com a Comissão de Política. Confirmou que no início, quando houve a paralisação dos trabalhos, tiveram alguns desacertos, mas que depois deu tudo certo, transformando-se em um processo positivo. Ainda, ratificou a fala do Luís de todos se preocuparem com a qualidade da transição da AMAS para ADRA e aproveitou para dizer da sua esperança de que esse serviço venha a ser normatizado no município de Belo Horizonte. O presidente agradeceu a participação da técnica Alice. A Gerente de Promoção e Proteção Especial, Kátia Zacché, colocou que ficou feliz com todo esse processo vivido porque foram restabelecidos os laços de confiança entre CMAS-BH e SMAAS e também dessa com os trabalhadores do Miguilim. O conselheiro Ivan pediu a palavra e enalteceu o trabalho do Miguilim Cultural que era realizado na Praça da Estação e que desde então já era de muita qualidade. O Fabiano explicou que essa confiança só foi resgatada a partir da gestão democrática do trabalho e deram voz aos trabalhadores. O último ponto trabalhado pelo presidente foi sobre algumas denúncias que chegaram até ele de problemas relacionados à concessão de cestas básicas no município. Citou que ele participou de uma reunião de CLAS ampliada na regional nordeste de Belo Horizonte sobre problemas com o repasse da mesma para os usuários. Diante disso, o presidente chamou à frente a Sra. Zelita, moradora da regional nordeste, para fazer o relato da realidade que os usuários estão vivenciando na regional junto à concessão de cesta básica. A Sra. Zelita relatou que esse benefício dá um grande apoio para as famílias vulneráveis de Belo Horizonte e se esse era o melhor momento de cortar a concessão em meio a uma grave crise em que o Brasil está passando. Que ao invés de cortá-lo, o município deveria estar melhorando esse benefício em meio a tudo que está acontecendo. Após seu relato, o presidente esclareceu que a cesta básica seria transferida para a Segurança Alimentar e que o CMAS-BH já encaminhou para a gestão a presença de representantes da SMAAS e da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional – SMASAN, para saber como foi programado a transição do repasse desse benefício de uma secretaria para outra e também, como a SMASAN vai assumir totalmente a concessão desse benefício. A Gerente da Proteção Social Básica, Bernadete, pediu a palavra e ratificou a importância de uma alimentação saudável, mas reconhece que a transição não foi realizada de forma desejável. Informou que já foi iniciado um processo conjunto de horta comunitária e oficinas de reaproveitamento de alimentos junto às famílias vulneráveis que serão acompanhados pelos equipamentos públicos da Assistência Social e que as conversas com a SMASAN sobre a concessão de cesta básica no município não pararam. O presidente deu um encaminhamento para que a Comissão de Política convide um representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-BH para participar da reunião que discutirá o processo transição que está acontecendo no município de Belo Horizonte, para a qual já foram convidados um representante da SMAAS e um da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional – SMASAN. Por fim, o presidente alertou a todos que não devemos nos fixar no conceito do que é ou pode ser a cesta básica, mas sim de Segurança Alimentar. Esse é muito mais amplo e não fica preso apenas a gêneros alimentícios. E como último informe, convocou a todos para uma plenária extraordinária a ser realizada no dia 23.03.16, em função de urgências que estão surgindo nas matérias de financiamento. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Márcio Caldeira, presidente do CMAS-BH dei por encerrada a plenária e lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 09 de março de 2016.

 Imprimir  Voltar